

FRANCISCO LOUÇA

A «VERTIGEM INSURRECCIONAL»: TEORIA E POLÍTICA
DO PCP NA VIRAGEM DE AGOSTO DE 1975

O objecto da discussão que se segue é a política do PCP no curto período que é o culminar da crise política de 1975, que vai dos primeiros dias de Agosto até 5 de Setembro, tal como pode ser esclarecida pelas relações com as forças antagónicas nesse momento de viragem então indefinida da conjuntura política.

Sendo impossível estabelecer com todo o rigor as vontades que então se manifestavam a coberto das acções pontuais, é no entanto possível, e necessário, realizar um esforço para delimitar a coerência das acções, a lógica global de uma situação em que a ideologia era mais transparente do que a da política actual, e as práticas bem mais conclusivas.

Porque qualquer investigador deste período, ou mesmo a testemunha directa, vive agora sob a influência de uma versão consideravelmente burilada e arredondada: a que tem como explicação central, como «núcleo racional» dos acontecimentos, a tentativa do PCP de tomar o poder nesse Verão quente. Justificação do bloco forjado no momento do PS até ao Patriarcado, passando por parceiros menos recomendáveis, tornou-se depois a versão oficial, a história dos vencedores. Hoje é aceite como um dado definitivo.

A substância merece ser discutida — e pode revelar aspectos centrais da evolução dos antagonismos de classe que escapam a esta versão simplificada. Mas interessa começar por sublinhar como a ideologia, neste exemplo que temos em mãos, ganhou uma dimensão própria, uma autonomia indiscutível, passou de justificação conflitiva para verdade estabelecida. Esfera própria de acção das forças sociais e políticas, a ideologia criou construções desproporcionadamente importantes, pro-

curando preencher os espaços de fragilidade do regime que justificam. É este o caso.

Um esforço de rigor histórico — e também de discussão no estrito plano ideológico, a que o autor destas linhas não pode nem pretende escapar — e de análise de documentos importantes e esclarecedores é hoje tanto mais importante quanto pode assim ajudar a desmontar uma das verdades feitas mais sólidas destes 10 anos. A «crítica radical» da sociedade só pode beneficiar disso.

I

Antes ou durante o período que consideramos, a identificação da política do PCP com um jacobinismo radical que se arriscava a reeditar o golpe de Praga de 1948 foi sistematicamente brandida pelos seus opositores políticos (por exemplo, Medeiros Ferreira, 1983: 98, ou Melo Antunes, 1975). Recentemente, um observador tão atento como Perry Anderson insistia na mesma ideia:

«O Partido (Comunista) Português, único a rejeitar o euro-comunismo, tentou sem sucesso tomar o poder através de um putsch burocrático, e ao fazê-lo terminou a Revolução Portuguesa (...). O PCP tentou em vão repetir a via checoslovaca de 1948 para o poder burocrático, e falhou inevitavelmente» (Anderson, 1983: 76 e 80).

Boaventura de Sousa Santos, num texto acabado de publicar, refere de passagem a mesma afirmação, sem que lhe mereça mais esforço de demonstração (Boaventura Sousa Santos, 1984: 24).

O paradoxo é notável: uma das questões mais importantes para a compreensão desta situação, que foi o culminar dos confrontos sociais durante o PREC, facto que tanta unanimidade suscita hoje entre críticos e analistas, não obrigou nenhum deles a uma demonstração rigorosa. Faltarão ainda os testemunhos concludentes, é certo; mas abundam factos e escritos, o suficiente para hipóteses fundadas. A investigação histórica e a crítica política não podem dispensar esse esforço.

II

A luta pelo poder político durante a crise pré-revolucionária de 1974-75 pode ser bastante esclarecida por um estudo rigoroso acerca do Estado durante a fase final do marcelismo e

após o 25 de Abril, investido por lutas sociais intensas. O que, em grande medida, está por fazer; algumas investigações de âmbito universitário encaminham-se nesse sentido, e desde já alguns ensaios e textos são uma base necessária para discussão (sobretudo Boaventura de Sousa Santos, *ibid.*; mas também recentemente Mário Murteira, 1984 e Ronaldo Fonseca, 1983, entre outros).

Esse estudo tem um escolho preliminar: a definição da margem real de autonomia do Estado face à sociedade de classes no decurso de uma situação de confrontação generalizada. Neste texto argumenta-se que essa margem aumenta e que tal foi o factor decisivo na resolução dos conflitos; textos que vão ser referidos e criticados vão no sentido inverso. Trata-se, sem dúvida, de uma realidade complexa: um aparelho administrativo paralisado mas com uma forte dose de continuidade com o do regime anterior (Santos, 1984: 20 e ss.), e um aparelho repressivo onde se cristalizava a diferenciação mais aguda, sob uma pressão importante mas não determinante das lutas sociais, num contexto de crise de hegemonia. Esta realidade multifacetada impede por certo que se raciocine com uma imaginária linha mediana que descrevesse as intenções do aparelho de Estado, para mais preso de um casamento — mesmo que menos difícil do que se poderia supor — entre a estrutura do pessoal que ficou e a emergente classe política.

A hipótese que aqui se sustenta é que, no conjunto do período crítico de 1974-75, este aparelho acentuou a sua distanciação face aos interesses individuais conflitivos imediatos, nomeadamente integrando-os com o preço de contradições internas acrescidas, e ao fazê-lo assegurou a sua sobrevivência e influência determinante em última instância sobre as conjunturas. Por outras palavras, jogou em pleno a característica central de que se reveste o Estado típico da relação capitalista, para absorver as «consequências conflituais geradas pela extorsão da mais-valia» (Wright e Perrone, 1973: 365-390), na realidade as consequências de um campo multipolarizado por contradições, como foi o caso desta crise. Este é um elemento de continuidade: a característica particular da formação económica e social portuguesa era justamente, em correspondência com o nível de desenvolvimento das forças produtivas como das classes sociais, e em função da tradição histórica concreta construída pela derrota operária dos anos 30, uma grande autonomia e centralização política no Estado salazarista. Desta realidade saíram duas consequências de sinal oposto: um vazio de direcção política para uma burguesia que viu em Spínola a sua alternativa para a crise do marcelismo, vazio que ainda hoje paga com o papel

preponderante que o PS foi chamado a desempenhar como charneira do regime, o que vai portanto no sentido de uma crise durável de hegemonia; mas ao mesmo tempo a possibilidade de conjugar a hiper-centralização estatal com a construção de uma nova base social de apoio, garantindo assim a sobrevivência da relação fundamental que incorpora, a estrutura capitalista da sociedade.

Entre os que se reclamam do marxismo e se propuseram analisar este período, tem predominado uma visão oposta. Na medida em que o factor mais dinâmico da crise estava nas estruturas do poder político, o Estado parece esfumar-se deixando livre campo ao jogo das forças sociais e dos seus prolongamentos no aparelho de Estado. É mais do que uma ilusão de óptica; é uma visão mecânica que teoriza e justifica a prática política que a seguir se comentará, e que tem também a virtude de apontar os seus exactos limites. Daí a utilidade de um breve comentário.

O núcleo consistente dessa análise é a afirmação de uma correspondência directa entre a definição dos contornos das lutas e alianças entre as classes e a sua expressão política e institucional nos poderes de Estado: o Estado seria esse somatório, esse trapézio de forças. As contradições no interior do Estado são vistas assim como produto imediato ou expressão dos conflitos sociais: um bom exemplo são as análises de então como de agora de Vasco Gonçalves (veja-se por exemplo a recente intervenção no Colóquio de Coimbra, Gonçalves: 1984) que das oscilações da pequena e média burguesias deduzia as potencialidades de acção reformadora então ou repressiva hoje do Estado. A unidade específica que constitui o Estado ou seja, a existência de uma coluna vertebral que são as práticas sociais, homens, coisas e ideias subordinadas à de defesa da relação constitutiva do Estado — bem como o efeito diferenciado que no seu interior repercute os conflitos sociais (adiante se trata de um concludente exemplo), são ostensivamente desprezados. Ronaldo Fonseca leva esta posição ao extremo: «Se aceitarmos como válidos os conceitos marxistas e leninistas do Estado que o definem na sua essência como um instrumento repressivo-administrativo ao serviço da ditadura, mais ou menos declarada, do Capital e a contribuição gramsciana que o define como hegemonia couraçada de coerção, não terá existido um Estado, em toda a acepção do conceito, neste período da vida portuguesa» (Fonseca, 1983: 122). Esta posição refere-se a uma equivalência imediata dos conflitos de classes na estrutura do poder político, reduzido ao MFA: «Este período da vida portuguesa é, portanto, caracterizado por uma 'dualidade de poderes sui generis'. Com

uma especificidade: esta dualidade de poderes, este equilíbrio relativo entre as duas principais classes da sociedade passava pela mediação de 2 sectores, 'grosso modo' de um movimento militar» (*ibid.*, 130). Ou, mais claro: «Já dissemos anteriormente que a situação portuguesa se caracterizava por uma dualidade muito específica de poderes entre o bloco burguês nacional/imperialista, e o bloco proletário e os seus aliados, mediatizada pelas estruturas político-militares do MFA que reproduziam ao seu nível a polarização existente na sociedade» (*ibid.*, 172).

Não existindo um Estado central, o poder político/MFA reflectiria a dualidade de interesses existentes na sociedade e polariza-os. O nível de conflito existente seria incompatível mesmo com um Estado de classe, nessa definição de «instrumento repressivo-administrativo». Repare-se de passagem que a referência à «dualidade de poderes» não é uma analogia real com a análise leninista: nesse caso trata-se de dois aparelhos sociais de dominação, representações opostas das classes fundamentais em movimento. O que justamente caracteriza a experiência portuguesa é o atraso no avanço dessa polarização fundamental, de que existem elementos iniciais e embrionários (a começar pela movimentação operária espontânea por maior poder na fábrica cristalizado depois nas Comissões de Trabalhadores; em alguns casos as Comissões de Moradores e as Assembleias Populares; e finalmente o movimento geral de contestação que teve como face visível os SUV), e a dessincronização desse movimento com a crise de todo o aparelho político de dominação — essa dessincronização explica tanto como puderam jogar polarizações secundárias, como a margem de manobra dessa autonomia das vértebras essenciais do aparelho de Estado, que ditariam leis com as chaimites do Jaime Neves. O 25 de Novembro e o que se vai sabendo sobre a sua preparação constituem fortes demonstrações de como o MFA era uma estrutura minoritária e de implantação relativa nos baluartes do tal aparelho «repressivo-administrativo» (veja-se o processo preparatório da Assembleia de Tancos), e como todos os recursos deste aparelho político, da Igreja à hierarquia militar, se moveram no momento decisivo. O que Salgado Zenha, que tem a virtude de ser claro, resumiria com um «É tempo de deixar de fazer a revolução para fazer o Estado» (Zenha, 1976).

A revolução que vivemos fica como uma demonstração conclusiva tanto da capacidade deste Estado abalado, ao ponto de alguns o considerarem desaparecido, em integrar, assimilar, dissolver ou atrasar interesses contraditórios, e também em reagir da forma mais persuasiva possível quando tal deixou de ser possível. E deu essas duas demonstrações na ausência de

uma direcção política unificada, de uma estrutura pensante única, que só um dotado romancista como Freire Antunes pode imaginar ao serviço das candidaturas de Eanes.

O 25 de Novembro foi a demonstração quimicamente pura do poder causal próprio da superestrutura.

III

Vértice da instabilidade e do turbilhão da crise de 1974-75, o Estado português foi um laboratório revelador da tensão de dois movimentos simultâneos: a diferenciação interna dos seus aparelhos, já referida e adiante retomada na medida em que é a condição da eficácia aparente da política do PCP bem como o seu óbvio limite, mas que não destrói a coluna vertebral da sua continuidade e vinculação precisa na sociedade de classes; e simultaneamente o seu alargamento, que é o que garante ainda hoje a redução dos conflitos latentes à periferia do seu sistema de dominação. Movimento global — que decorre de um considerável alargamento do que Marx chamava as «condições gerais de produção» (Vd. Mandel, 1982: 333-350) — mas sobretudo produto das condições particulares da queda da ditadura seguida de ascenso social generalizado. O resultado é uma «universalização» e portanto um reforço do Estado — mesmo quando a sua materialidade parece das mais frágeis, como em 1975! — com uma ampliada base de sustentação: o alargamento do poder real e fictício de decisão (a democracia parlamentar e municipal) e a sua correspondência em reformas reais na relação dos indivíduos e das classes (movimentos igualitários, destaque-se o exemplo da redução dos leques salariais beneficiando as mulheres, os rurais, os trabalhadores indiferenciados; e também a acção directa na resolução dos problemas, que constitui uma experiência única e pouco colectivizada no pensamento da esquerda destes anos 80) alarga a base de consentimento, rentabilizável assim que abolida a instabilidade. Desse ponto de vista, esta renovação da forma de dominação, mau grado a desarticulação real dos modelos anteriores de acumulação, é um património inestimável da burguesia portuguesa — e daí também que não haja forças sociais relevantes pondo-o em causa, peseem todos os descontentamentos, os impasses ou as contradições de um parlamentarismo decrépito. (E aí se vê toda a diferença e descontinuidade com o regime anterior, por muito que pese a Manuel Lucena: esta «universalização» é um movimento real, que muitos Estatutos do Trabalho Nacional nunca poderiam provocar).

Nove anos depois do 25 de Novembro, é forçoso reconhecer que esta evolução corresponde também a uma normalização dos aspectos contraditórios desta transição de formas de dominação, o que Boaventura de Sousa Santos chama de «Estado dual»: «Em vez de dualidade de poderes, a crise revolucionária produziu um Estado dual: de um lado, as estruturas, as práticas e as ideologias administrativas tradicionais mantidas quase intactas apesar de suspenso o seu funcionamento normal; do outro lado, as importantes transformações institucionais que impunham ao Estado um papel novo e mais decisivo no processo de acumulação e na direcção global da economia, um papel tão-só ensaiado e ainda de contornos políticos muito vagos» (*ibid.*, 22-23).

Em contrapartida, temos a tradição a que aqui se chamou de análise mecânica da relação do poder com as forças sociais. A sua consequência, e depressa se verá o que implicou em termos de estratégia, é projectar uma ocupação de espaços num Estado diferenciado, disperso em poderes vários e instrumentalizáveis para políticas distintas. Esta visão parecia aliás colar com a realidade — antes do 25 de Novembro! — e não será portanto por acaso que foi de tal modo dominante na esquerda: o Boletim do MFA clamava que «neste momento, o poder político é detido por forças progressistas da sociedade portuguesa» (MFA, 1975). César Oliveira teorizava a mesmíssima ideia (Oliveira, 1975: 18) e Sérgio Ribeiro explicava como se estava a dar essa «tomada desfasada de poderes», faltando investir sobre o poder económico, última Bastilha que já começava a ser abalada (Ribeiro, 1975: 37). Esta estratégia não é diferente da que desde há quatro anos leva o PCP a defender a criação de um partido eanista, mas isso é tema para outras horas.

Claro que, ao identificar esta tradição nas suas raízes teóricas, ainda fica pouco dito sobre o seu comportamento prático. Vejamos agora como se diferenciou internamente no contexto das opções políticas imediatas, e o que isso nos ajuda a esclarecer da sua perspectiva.

IV

A política do PCP faz parte de um conjunto de forças que se determinam e influenciam entre si; isolá-la só é possível num nível de abstracção que deixa a descrição forçosamente incompleta. Só bastará portanto para uma aproximação limitada. Por outro lado, não será fácil distinguir o que constituem justificações e reescrituras subordinadas a necessidades conjun-

turais, de entre os documentos que estão ao dispor do crítico. Pode constituir uma indicação utilizar os textos que por necessidades de polémica tiveram de ser mais claros e que são os que reconstituem a coerência da acção de cada momento. Dois são os que couberam nesse critério: o primeiro, de 1975, é a intervenção de Álvaro Cunhal no CC de 10 de Agosto, cuja versão integral só veio a ser publicada no ano seguinte, e que é um texto fundamental e injustamente menosprezado; o segundo é o livro recente de Ronaldo Fonseca que procura justificar as opções de Vasco Gonçalves nesse mesmo período e que lança alguma luz sobre as diferenças de então entre o PCP e a «esquerda militar», o que só por si teria já a virtude de prejudicar a imagem maniqueísta de um PCP manipulador onnipotente.

Vejamos rapidamente a situação. A queda do IV.º Governo implicava o fim da coligação e um confronto incontroado, em que o bloco do PS com a direita revelava uma crescente capacidade de mobilização, e as estruturas militares fundamentais de Lisboa estavam em grande parte sob controlo da corrente do Copcon. Pode-se estabelecer com segurança que, nessa conjuntura, a política do PCP não foi favorecer a criação e a sobrevivência do V.º Governo de Vasco Gonçalves. «Fizemos diligências imediatas, algumas junto do próprio primeiro-ministro, para dizer que púnhamos muitas reservas à formação do novo governo» (Cunhal, 1976a: 137), explica Cunhal ao CC. Mais ainda: «Tomámos a responsabilidade de comunicar que não apoiávamos a constituição desse governo de Vasco Gonçalves, se na verdade não houvesse um apoio militar» (*ibid.*, 137), e daí a não participação de militantes comunistas: «Tomámos essa decisão para não comprometermos com uma representação partidária uma solução muitíssimo incerta» (*ibid.*, 139).

O mesmo texto é fortemente crítico em relação à «esquerda militar» (na terminologia da época, os gonçalvistas): sectária (*ibid.*, 140), sobreestimaria a sua força (*ibid.*, 143), havendo mesmo o perigo de uma parte dos militares progressistas se virarem contra o PCP ou de contribuirem para o seu isolamento (*ibid.*, 157).

Mas o mais importante é sem dúvida nenhuma o sentido que era apontado para a tática do partido: a solução implica «a hipótese, cuja necessidade pode não se confirmar, mas uma hipótese de lançamento de certas pontes com forças ou elementos que estão colocados hoje num sector que contraria o processo» (*ibid.*, 157), «no sentido de uma reconsideração de todo o problema da Revolução Portuguesa através de negociações» (*ibid.*, 163).

É notável, em todas estas passagens que foram totalmente omitidas na edição oficial do discurso em Agosto e só publicadas mais tarde, tanto a insegurança do PCP quanto aos seus aliados e à sua área de influência dentro do MFA, como a sua vontade de chegar rapidamente a um acordo com os Nove e o PS. Na conferência de imprensa em que anuncia as conclusões deste CC, Cunhal não poupa reservas ao novo governo que «deixa de pé, tal como antes, o problema do poder político no seu conjunto», anunciando que seria desejável chegar-se a «recomposições, reajustamentos e reconsiderações do Governo» acabado de formar (Cunhal, 1975).

Durante todo o mês de Agosto, esta é a orientação do PCP: propor uma plataforma negociada entre as distintas forças (por exemplo, a Declaração de 28/8/75), passando por cima do governo a que só era concedido apoio na exacta proporção das necessidades da guerra de posições a que o PCP não se podia furtar. O balanço posterior do PCP acerca do 25 de Novembro é mais uma vez conclusivo: «A divisão que se verificou no MFA entre a esquerda militar e o que ulteriormente se chamou Grupo dos Nove foi talvez o acontecimento mais grave de todo o processo revolucionário» (PCP, 1975).

O limite destes esforços era a manutenção de uma certa margem de manobra do PCP: daí a rejeição final do governo Fabião, cuja hipótese se aventa desde os primeiros dias do V.º Governo. Alguns dirigentes do PCP, como Octávio Pato, ter-se-iam oposto a esse veto; mas a verdade é que este governo, negociado entre Otelo e os Nove, deixava o partido com uma margem de acção mínima. Por outro lado, a sua base era frágil: os próprios oficiais do Copcon acabaram por rejeitar o acordo que Otelo tinha elaborado com Melo Antunes (o texto não foi publicado; no entanto, um resumo que dá conta da sua superficialidade foi publicado n' *O Jornal*; ver Faye, 1977: 192-195).

Nesta interpretação, a FUR aparece como um momento máximo das tensões entre o PCP e os aliados de quem tanto temia a inconstância: a FUR é constituída por iniciativa dos militares directamente relacionados com o Governo gonzalvista, procurando polarizar um apoio mais largo e comprometendo o PCP nesse bloco. Dessa forma, curto-circuitava-se dois processos de enfraquecimento do governo: as propostas de negociações do PCP com os Nove, e as relações entre o Copcon e Melo Antunes. Se o PCP aceita a pressão, é porque a ruptura e neutralização dos «militares esquerdistas», a partir daí limitados em alianças possíveis, é para a sua política o menor dos males; e provavelmente não via nenhuma esperança concreta de entendimento rápido com os Nove. O modo como decorreram as reuniões

constitutivas da FUR ou, posteriormente, como as iniciativas mais ousadas de desagregação das estruturas militares (os SUV) escapam por completo ao controlo da própria FUR e por maioria de razão ao do PCP, confirmam o que se acaba de dizer. A própria ruptura do PCP com a FUR, três dias depois, é uma prova suplementar das suas contradições com o V.º Governo.

V

Justificando dez anos depois a política de Vasco Gonçalves, Ronaldo Fonseca, apesar de comedido nos detalhes, apresenta uma visão que é substancialmente diferente da que Cunhal defende em Agosto de 1975 e depois. O seu livro, cuja apresentação e divulgação tem tido a colaboração activa de Vasco Gonçalves, tem o interesse de se referenciar a uma crítica moderadamente anti-estalinista, precisando claramente uma matriz ideológica distinta da do PCP (é das raras obras que em Portugal referencia positivamente o XX.º Congresso do PCUS).

Segundo este autor, apesar de ser uma opção conflitiva e não aceite em toda a esquerda (leia-se, pelo PCP), a permanência do V.º Governo tinha três justificações: dar mais tempo ao MPLA em Angola, para consolidar as suas posições antes da independência; «completar a desarticulação do capitalismo português»; e criar condições para uma unidade superior da classe operária e dos seus aliados face a um governo burguês que inevitavelmente se seguiria (Fonseca, *ibid.*, 206). O resultado teria sido globalmente positivo: o MPLA proclama a independência; o capitalismo soçobra («Desarticulado e quebrado o seu modelo de acumulação, o capitalismo português não era mais dinamizável nem viabilizável», *ibid.*, 220); o movimento de massas avança («No momento presente (1983), a pujança do movimento de massas organizado é de tal ordem que podemos referir a existência de um 'contrapoder' ao nível da 'sociedade civil', o que não é obviamente sinónimo da dualidade de poderes existente ao nível global durante o período analisado», *ibid.*, 235).

Não cabe aqui discutir as conclusões injustificadamente optimistas do autor, mas só assinalar que a lógica desta argumentação é oposta à do PCP: uma procura a confrontação, tida como inevitável, outra o compromisso; uma procura forçar os ritmos da evolução, outra controlar uma derrapagem crescente.

Evidentemente, os contornos desta diferenciação que se refere não são totalmente claros: é óbvio que atravessam o próprio PCP, e daí que alguns sectores do partido se compro-

metam com operações ou expectativas nas jornadas de 24 e 25 de Novembro, que a direcção viria a condenar de seguida. Mas isso não pode obscurecer onde cada interveniente tinha o centro de gravidade da sua acção.

VI

É claro, e voltamos à ideologia, que uma leitura imediata dos testemunhos desse período se poderá deixar impressionar pelo mimetismo do PCP em relação às vagas da crise política — como aliás acontece com o PS, ou será necessário lembrar que a campanha eleitoral de 1976 dá lugar de destaque à reivindicação do controlo operário?

É necessário buscar alguma distanciação para poder restabelecer o peso real do curso dos acontecimentos, de um movimento tumultuoso e em grande medida espontâneo (ver Santos, *ibid.*, 19), que obriga a adaptações sucessivas por parte dos aparelhos políticos. A forma como isto influi mesmo ao nível do programa global é ilustrada pelo próprio Cunhal, de que vale a pena observar uma longa citação de uma rara entrevista ao Expresso:

«Quando realizámos o Congresso (o VII, Outubro de 1974) foi no rescaldo do 28 de Setembro, em que não estava ainda definido qual seria a posição das forças reaccionárias e das forças do capital. Se, na verdade, se conformariam com a derrota e aceitariam que a democracia portuguesa seria uma democracia progressista e avançaria num ritmo regular — que até poderia ser relativamente lento — ou se, pelo contrário, insistiam em liquidar a democracia (...)

O fim do ano de 1974 e os princípios de 1975 são caracterizados por uma sabotagem universal por parte dos capitalistas e dos agrários e foi isso que originou a necessidade da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, como medidas de emergência indispensáveis. Estou convencido que o processo teria sido muito mais lento, com menos sobressaltos se as forças representativas dos interesses económicos do grande capital — portanto as forças políticas da direita — tivessem aceite a democracia portuguesa tal como ela se apresentava depois de 28 de Setembro.

Para nós estava claro. Estava tão claro que na nossa plataforma de medidas de emergência tomadas durante o Congresso exigíamos o controlo em relação à banca privada e às actividades económicas, mas, nesse momento, não preconizávamos uma reforma agrária imediata e imediatas nacionalizações. Mas,

que aconteceu? Continuaram a desviar fundos, a mandar milhões de contos para o estrangeiro, a tirar dinheiro dos bancos para as companhias dos respectivos grupos, a fazer sabotagem universal. Esta sabotagem tornou indispensável a nacionalização imediata da banca. Nos campos, toda a ofensiva dos agrários chegou a provocar a liquidação dos efectivos pecuários, desvios de fundos, terras incultas. Esta sabotagem levou à necessidade de ocupar e cultivar as terras (...). Em Portugal, se alguém poderia dar garantias aos capitalistas seriam ainda os comunistas! Repito que somos pelo respeito da dinâmica própria no sector capitalista. Isso vem nas nossas teses, nas nossas posições» (Cunhal, 1976b).

Numerosas seriam outras provas ou factos que testemunham igualmente a adaptação deste como doutros partidos à realidade em movimento da confrontação social. E tocamos aí no quid da viragem real que o PCP opera a partir deste CC de 10 de Agosto de 1975: é a sua vulnerabilidade a estas pressões, que chega a um ponto crítico — em breve teríamos a confirmação da sua dificuldade em cavalgar o tigre, com o recurso a medidas extremas e manobras arriscadas (como criar SUVs paralelos) para manter um controlo sobre uma base que, sem tomar ainda consciência da ruptura que produzia, se colocava cada vez mais fora da orientação proposta pela direcção. Uma razão mais para evitar qualquer dinâmica de ruptura, procurando salvaguardar o que possível fosse das posições conquistadas entretanto nos mecanismos de decisão do aparelho de Estado. Nove anos depois do 25 de Novembro, a Reforma Agrária e tantas outras «conquistas» abandonadas estão aí para demonstrar até onde vai a flexibilidade do PCP neste domínio (ver também Santos, *ibid.*, 24).

VII

Uma investigação que aprofunde os condicionamentos e objectivos da política do PCP neste período ajudará a preencher vários vazios: em primeiro lugar, lançará alguma luz sobre o reflexo das lutas de classes no interior dos aparelhos de Estado, mas também o seu efeito sobre as estruturas dos partidos políticos — a hipótese aqui defendida avança algo sobre o PCP, mas muito mais se teria que dizer quanto ao processo de formação do PPD ou ao papel que o PS vem a desempenhar; em segundo lugar e mais importante, esclarece-nos até que ponto e por que fracturas se divide, se contradiz, se transforma o aparelho de Estado durante uma situação de crise — sabendo que

cada conjuntura é historicamente única e não há como raciocinar com esta analogia para o futuro — e até que ponto resiste e se afirma a sua unidade global.

Dentro da lógica da sua estratégia de «revolução democrática-nacional», cujas consequências práticas são as apresentadas por Cunhal na citada entrevista ao Expresso, não cabia qualquer processo de transformação global da sociedade, no sentido da abolição das relações capitalistas de produção, que subjazem ao Estado capitalista. Mas tão pouco excluía a luta pela melhor relação de forças possível, alicerçando-se em instrumentos de poder de forma a consolidar posições (o binómio Ministério do Trabalho-CGTP, tão bem expresso pela unicidade sindical, é um exemplo dos mais conhecidos). Daí a ocupação parcial de espaços. O que um rigoroso estudo empírico nos poderia demonstrar é até onde foi essa ocupação; em qualquer caso ficará evidente o erro de óptica desta concepção que desconhece a existência da unidade do Estado, que não chega a ser posta em causa, mesmo no centro das maiores diferenciações, que foi o aparelho militar.

O que abalaria este aparelho militar seria um levantamento generalizado dos soldados, inevitavelmente favorecido pela paralisia dos hierarcas; e essa situação estava próxima nesse Verão: a ela se opuseram todas as correntes do MFA, e o PCP tanto como os outros.

A luta pelo compromisso, que é a linha de continuidade da actuação do PCP neste período, não chegou a nenhuma solução: o governo Fabião falhou antes de mais por razões exteriores ao PCP. Uma outra proposta de incluir Otelo como vice-primeiro-ministro de Vasco Gonçalves também não tem seguimento. Mas o final de Agosto assiste a novas tentativas, parte das quais são públicas.

Vasco Gonçalves propunha forçar a relação de forças, retirando depois para buscar um novo fôlego, em todo o caso por curto período — todos admitiam então que seria impossível estabilizar uma democracia burguesa em Portugal (Fonseca, *ibid*: 173, e todas as resoluções do PCP). A direcção do PCP preferia não se aventurar nestas hipóteses remotas — já tinhamos encontrado o temor de que «militares progressistas abandonem ou contribuam para o isolamento do Partido»...

Triste destino, o da ideologia: o PCP, enquanto a sua política ia noutra direcção era forçado a manter uma aparência de radicalidade e a proteger um governo que temia — ficou assim com a fama sem ter o proveito; esta aparência era uma arma na propaganda e mobilização dos seus opositores e, esgo-

tada essa conjuntura, tornou-se uma força ideológica própria, uma alienação da classe política, caminhando durante estes dez anos com os seus próprios passos.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Anderson, Perry (1983), *In the tracks of Historical Materialism*, Verso Editions, Londres.
- Antunes, Melo (1975), entrevista ao *Nouvel Observateur*, 24/11/75.
- Cunhal, Álvaro (1975), notícia do *Diário de Notícias*, 11/8/75.
- (1976a), *A Crise Político/Militar, Discursos Políticos/5*, Ed. Avante, Lisboa.
- (1976b), entrevista ao *Expresso*, 19/11/76.
- Faye, Jean Pierre (1977), *O Portugal de Otelo — a revolução no labirinto*, Socicultur, Lisboa.
- Ferreira, Medeiros (1983), *Ensaio Histórico acerca da Revolução do 25 de Abril*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Fonseca, Ronaldo (1983), *A Questão do Estado na Revolução Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Gonçalves, Vasco (1984), artigo n.º O *Diário*, 12/12/84.
- Mandel, Ernest (1983), *O Capitalismo Tardio*, Ed. Abril, São Paulo.
- Murteira, Mário (1984), «Estado, Crise e Regulação: uma reflexão sobre a experiência portuguesa», in *Análise Social*, n.º 80, 1984.
- Oliveira, César (1975), *MFA e Revolução Socialista*, Ed. Diábril, Lisboa.
- PCP (1975), Declaração de 28/8/75.
- Ribeiro, Sérgio (1975), *De como um golpe militar pode começar o processo revolucionário ou a história de Portugal que escrevemos*, Prelo, Lisboa.
- Santos, Boaventura de Sousa (1984), «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974/84)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14, Novembro de 1984.
- Wright, Erik Olin e Perrone, Luca, «Lo Stato nella teoria funzionalista e marxista strutturalista», in *Studi de Sociologia*, vol. IX, 1973.
- Zenha, Salgado (1976), artigo em «Portugal Socialista», n.º 87, 17/3/76.